

**ATO DPGE Nº 063 – DPGE DE 16 DE OUTUBRO DE 2024**

*Cria o Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental – NDAS, o Centro Integrado de Prevenção à Violência no Campo e Conflitos Socioambientais – CIPVC e a 3ª. Vaga no Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT*

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 17, VI, da Lei Complementar Estadual nº 19, de 11 de janeiro de 1994;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instituir e estruturar uma política institucional de governança fundiária no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, fundamentada em valores convencionais e constitucionais de acesso à terra, ao território, à moradia, ao meio ambiente, à alimentação e ao trabalho de povos e comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, existentes no estado do Maranhão;

**CONSIDERANDO** que a Defensoria Pública é legitimada a atuar como guardiã do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na ordem jurídico-constitucional, reconhecendo que o enfrentamento de impactos ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentável são tensionados pela existência de graves conflitos fundiários cujos números da violência no campo são expressivos, sendo o estado do Maranhão um dos líderes no ranking nacional de conflitos dessa natureza;

**CONSIDERANDO** que o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), recomenda que os Núcleos de Defesa da Mulher sejam exclusivamente dedicados a essa temática para fins de garantir um foco integral e especializado nas demandas das mulheres, dada a complexidade e urgência dos casos de violência doméstica e familiar;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer os serviços especializados desta Defensoria Pública no atendimento à mulher, em consonância com a Comunicação nº. 11/2024, encaminhada pelo Núcleo de Defesa da Mulher e População LGBT, em que os (as) defensores

públicos (as) titulares à época solicitaram a separação das atribuições entre a defesa das mulheres e a defesa da população LGBT;

**CONSIDERANDO** a atribuição do Defensor Público-Geral para praticar atos e decidir as questões relativas à Administração Geral.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Criar o Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

**§1º** Para atuação no Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental, ficam criadas 2 (duas) vagas de defensor (a) público (a).

**§2º** As atribuições do Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental serão definidas em ato normativo próprio, de acordo com deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

**Art. 2º** Criar o Centro Integrado de Prevenção à Violência no Campo e Conflitos Socioambientais – CIPVC, como unidade de assessoria estratégica da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

**Art. 3º** O CIPVC tem por objetivos institucionais:

- a) o assessoramento técnico e multidisciplinar do Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental em matéria de direitos coletivos de trabalhadores(as) rurais, povos e comunidades tradicionais, especialmente com vistas a assegurar os direitos fundamentais à terra, ao território, à moradia e ao trabalho e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e às correlatas políticas públicas;
- b) a segurança jurídica de trabalhadores(as) rurais, povos e comunidades tradicionais por meio da titulação de terras e da regularização fundiária;
- c) a promoção da educação em direitos;
- d) a prevenção dos conflitos agrários e socioambientais, por meio de atuação técnica especializada e do estímulo ao uso dos meios extrajudiciais de composição pacífica dos conflitos;
- e) o apoio multidisciplinar às vítimas da violência e de danos decorrentes de conflitos agrários e socioambientais;
- f) a promoção da autodeterminação das comunidades tradicionais, especialmente pela garantia da Consulta Prévia, Livre e Informada, nos termos da Convenção 169 da OIT e demais normas de regência;

**Art. 3º** Incumbirá ao CIPVC, sob a supervisão de coordenador indicado pelo

Defensor Público-Geral do Estado:

- a) a produção de peças técnicas multidisciplinares que subsidiem a atuação extrajudicial e judicial do Núcleo de Defesa Agrária e Socioambiental e dos Núcleos Regionais;
- b) a realização de eventos culturais e técnicos, rodas de diálogo, seminários e outros correlatos, além da produção de conteúdo em matéria de educação em direitos coletivos de trabalhadores(as) rurais, povos e comunidades tradicionais;
- c) articulação de políticas públicas em favor de trabalhadores(as) rurais, povos e comunidades tradicionais;
- d) promoção da pacificação social, por meio do uso das técnicas de composição extrajudicial dos conflitos, especialmente a conciliação e a mediação;

**Art. 4º** Integrarão o CIPVC profissionais das áreas de assistência social, psicologia, cartografia, antropologia e direito.

**Art. 5º** Criar a 3ª (terceira) vaga de defensor (a) público (a) no Núcleo da Mulher e Defesa da População LGBT.

**Parágrafo único.** As atribuições da vaga serão regulamentadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

**Art. 6º** Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Defensoria Pública Geral do Estado, em São Luís, 16 de outubro de 2024.

**GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES**  
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão